

# EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA NO RECÔNCAVO DA BAHIA:

## Específicas da Zona Fumageira

Elizabeth Pereira Barbosa dos Santos<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente texto tem como objetivo analisar a educação para a infância no Recôncavo da Bahia no período de 1925 a 1946, estudando sua constituição histórica e a implementação de políticas educacionais imbricadas nesses processos. A perspectiva metodológica é de natureza qualitativa e a principal fonte foi o jornal “Correio de São Félix”. Os resultados evidenciam que o Recôncavo da Bahia além de ter vivenciado um processo de escolarização tardio, as primeiras experiências educacionais estiveram relacionados ao sindicato dos trabalhadores do fumo, ou seja, tem sua origem ligada a iniciativas isoladas deixando de fora a grande maioria, portanto a execução das políticas de educação para a infância não parou de se afastar dos cidadãos.

**Palavras-chave:** Recôncavo - Política Educacional – Infância

### 1. Introdução

A História da Educação no Recôncavo da Bahia ainda é pouco investigada, sendo uma área lacunar no campo de produção. Nessa perspectiva, para pensar sobre a história da educação da Infância e situá-la no Recôncavo da Bahia é necessário considerar o início do século XX, com a predominância da cultura do fumo e que a intensa utilização da mão-de-obra feminina na indústria fumageira é um argumento ao conhecido matriarcado nesta zona. O largo emprego da mão de obra feminina na zona do fumo desenvolve peculiaridades que empresta fisionomia a própria estrutura social onde a mulher é responsável pelo sustento da família sendo operária das fábricas de charutos. De acordo com Costa Pinto (1959)<sup>2</sup>,

[...] Visitar os bairros proletários de Cachoeira, São Félix, Muritiba, Maragogipe é ver de perto a pobreza amarela da classe trabalhadora urbana dedicada à manipulação industrial do tabaco. A utilização do trabalho feminino na indústria fumageira, tão freqüente no Recôncavo institucionalizou o matriarcado característico das famílias da classe pobre nesta zona. (p. 38)

Tais particularidades do Recôncavo se entrecruzam com algumas questões: Como as mulheres, tão ocupadas com o trabalho nas atividades fumageiras<sup>3</sup>, ao longo dos anos deram conta da educação de seus filhos? Em quais instituições de atendimento à infância, as mulheres do Recôncavo baiano, confiavam seus filhos durante a jornada

de trabalho?

O presente artigo tem como objetivo analisar a educação para a infância no Recôncavo da Bahia no período de 1925 a 1946, estudando sua constituição histórica. A investigação será localizada especificamente na região do fumo, local onde a presença dos armazéns e indústria fumageira era significativa: Muritiba, São Félix e Cachoeira. Considera-se predominância do trabalho feminino nos armazéns do fumo como um dos elementos impulsionadores para as providências ao atendimento às crianças.

Convém evidenciar que a escolha do período delimitado considerou a efervescência político pedagógica das décadas de 20, 30 e 40. As idéias pedagógicas circulantes para a sociedade dessa época começam a esboçar um plano de reconstrução educacional que rompesse com a estrutura tradicional marcado pela primazia da igreja católica no exercício da ação educativa. Esse período coaduna com o apogeu do fumo e a predominância do trabalho feminino nas fábricas de charutos<sup>4</sup> nas cidades de Cachoeira, São Félix, Muritiba.

O marco inicial, ou seja, o ano de 1925 é o período do Governo Góes Calmon, na Bahia (1924-1928) em que Anísio Teixeira foi diretor de instrução pública (1925-1928). A reforma educacional de Anísio na Bahia prioriza o ensino primário, etapa escolar em que a infância está diretamente implicada. Tal recorte se estende até a década de 1940 e tem como marco final o ano de 1946, ano da Reforma Capanema. Materializada através de um conjunto de oito decretos-leis a ser instituído em todo país, esta reforma prevê um ensino primário elementar com duração de quatro anos acrescido do primário complementar de apenas um ano. Mais uma vez, a infância é contemplada, pelo menos nos escritos do ordenamento jurídico.

Fazer referência aos escritos é uma forma de sinalizar que embora a ampliação da educação pública tenha sido prometida nos discursos de propaganda republicana desde a década de 1870 a tão esperada escola foi pouco difundida no século XIX. Foi nas primeiras décadas do século XX, principalmente depois de algumas reformas educacionais<sup>5</sup> regionais da década de 1920 que o país começou dar os primeiros passos para uma expansão contínua no número de vagas na educação pública.

A perspectiva metodológica é de natureza qualitativa Triviños (1992)<sup>6</sup>. Ao considerar essa abordagem e tendo como fonte histórica principal o jornal “O Correio de São Félix” e os Registros Funcionais das Indústrias Fumageiras acredita-se na possibilidade de compreender os processos dinâmicos vividos por grupos sociais.

Nesse sentido, na sua estrutura o texto exhibe inicialmente uma breve

apresentação da constituição histórica do atendimento à infância no Brasil, em seguida uma discussão da infância no contexto das especificidades do Recôncavo fumageiro.

## **1.2 O atendimento à infância no Brasil: uma aproximação história**

No final do século XIX, na sociedade brasileira, já estavam presentes as instituições de educação de atendimento às crianças pequenas como as creches, a princípio com viés assistencialista, higienista prioritariamente organizadas como espaços de atendimento à infância pobre do local, filhos de trabalhadoras, e os jardins de infância, estes destinados às crianças “ricas” ou bem abastadas da sociedade. Porém, vale ressaltar que é recente a inserção de tais instituições em setores responsáveis pela gestão da educação. Isso, em parte, porque tais instituições têm sua origem, como dito anteriormente, nos setores de ação social, saúde e higienização. De fato, foi a partir da necessidade da educação para as crianças da elite econômica, final do século XIX e início do século XX, que iniciativas de educação de crianças foram viabilizadas.

Entrementes Kuhlmann Jr (2001, p.32)<sup>7</sup> ressalta que “o quadro das instituições educacionais se configura durante a segunda metade do século XIX, compondo-se da creche e do jardim-de-infância, ao lado da escola primária, do ensino profissional e de outras modalidades” e destaca ainda que a absorção desses modelos de civilização e progresso estavam relacionados às referências vindas dos centros de propagação europeias e norte-americanos, com as peculiaridades de cada país, segundo as suas condições culturais, econômicas, sociais e políticas.

Assim, elucidar sobre o processo histórico de constituição das instituições de atendimento à infância ensaia uma compreensão acerca da categoria social - infância - aqui apreendida como uma construção social, não apenas um ser biológico, ou seja, como uma fase inicial no caminho para a existência adulta, também não se aproxima de uma concepção universal, como única. De acordo com Redin & Redin (2007)<sup>8</sup>

[...] A infância é um conceito de certa forma abstrato, mas que foi inventado num tempo histórico marcado por relações sociais, culturais entre as pessoas e suas relações com o mundo. Mas só podemos considerar o conceito, a idéia de infância a partir dos paradoxos em que se geram tais idéias, portanto essas mesmas contradições podem nos mostrar que não podemos conceber uma infância única, homogênea, uniforme para todas as crianças [...]. (p.12)

Dado o exposto compreende-se que há infâncias e não uma única infância. Nesse sentido, as crianças passam também a ser consideradas como sujeitos de sua própria história, que tem individualidades, atuam sobre o mundo a partir de suas representações, das relações que estabelecem entre seus pares e que contribuem para a produção de cultura na sociedade em que estão inseridas.

## **2. Educação e infância: as especificidades do Recôncavo fumageiro**

A formação da população do Recôncavo, no que se refere, às características raciais e sociais, está intimamente ligada a sua história desde o período da colonização quando os índios, o branco português e o negro representaram as matrizes do processo de miscigenação que ofereceram também os referenciais de cor e raça desta população. (BRANDÃO, 1997<sup>9</sup>; VILHENA, 1969)<sup>10</sup>. Porém, foi no Recôncavo onde houve a maior concentração de escravos da Bahia, local que economicamente, não poderia existir sem o trabalho do negro. De acordo com Viana Filho (2008)<sup>11</sup> a exploração do escravo fazia-se racionalmente visando tirar dele o maior aproveitamento, o trabalho era do negro, sem ele nada se poderia fazer ou pretender.

Portanto a abolição foi programada pela elite dominante de forma gradual e segura. Inicialmente, em 1850 houve a proibição do tráfico, anos depois, em 1871 foi a vez da Lei do Ventre Livre, seguida da Lei dos Sexagenários, em 1885, e finalmente a abolição decretada pela Lei Áurea, em 1888. Durante essa transição a elite se ocupava em pensar soluções para o problema da mão-de-obra. A discussão girava em torno ou do aproveitamento dos ex-escravos libertos, ou da utilização da imigração européia. Nesse ínterim, no sudeste do país, os fazendeiros já importavam escravos do Nordeste já que não podiam mais trazê-los da África. Antes e depois dessa transição o Recôncavo foi cenário do desenvolvimento de atividades econômicas muito significativas durante vários séculos permitindo a acumulação de riquezas. Conforme Brandão (1997)<sup>12</sup>, essa acumulação teve como base tanto uma estrutura de recursos naturais favoráveis à produção de matérias primas de exportação quanto à disponibilidade de mão-de-obra a baixos custos. Com um passado escravista o Recôncavo assistiu no alvorecer dos anos vindouros do pós-abolição, a migração de ex-escravos para as relações cotidianas de trabalho livre nas cidades.

Tais conjunções históricas permitem focalizar variadas dimensões do lócus da pesquisa. Contudo, o presente trabalho focaliza no Recôncavo a zona fumageira, que se

encontra mais recuada em relação ao litoral, constituindo parte do chamado Recôncavo Sul. Segundo Centro de Estatística e Informação - CEI (1940)<sup>13</sup>, esta zona estendia-se de Maragogipe a Santo Antônio de Jesus.

O fumo foi uma das culturas coloniais do Recôncavo, praticada desde cedo para fornecer tabaco que era trocado por escravos ou para venda na Europa. Foi a partir da segunda metade do século XIX que a cultura do fumo passou a ser a lavoura predominante no Recôncavo e a população vivia em torno do seu cultivo ou do seu comércio. Nesse cenário, a mão-de-obra utilizada foi estruturada sobre a força do trabalho feminino. Então, para Costa Pinto (1959)<sup>14</sup>:

[...] O estado larvário da técnica, o primarismo das operações de trabalho, a mínima intelectualização exigida pela execução das tarefas, a extrema simplicidade da divisão do trabalho e o pequeno grau de especialização de função configuram tradicionalmente um paradigma de uma economia e de sociedade pré-industrial. (p.76)

Nesse contexto, em que a mulher representa a força do trabalho produtivo questiona-se sobre as providências na criação de instituições e alternativas para as crianças oriundas dessas famílias. Isso porque a história da educação revela que no Brasil, a tradição assistencial é visualizada na trajetória de creches e escolas maternas, destinadas, sobretudo às crianças pobres. (KISHIMOTO, 1986<sup>15</sup>; ROSEMBERG, 2000<sup>16</sup>). Trata-se de uma trajetória dual entre as formas de cuidado e educação das crianças pequenas quando o tema é a origem dessas instituições escolares. Kuhlmann Jr.(1998)<sup>17</sup> afirma que o projeto de educação das classes populares nesses estabelecimentos enfatizava disciplina e a aprendizagem da norma sanitária<sup>18</sup>, constituindo o que nomeia de “educação assistencialista”. Nesse sentido, no Brasil a tradição assistencial é visualizada na trajetória dessas instituições visando responder à formação de hábitos higiênicos e a moralização das famílias/mulheres trabalhadoras.

No Recôncavo da Bahia as providências destinadas ao cuidado com as crianças nascem vinculadas às necessidades e predominância do trabalho feminino, nos armazéns do fumo fora do domicílio. Considerando as singularidades da região vale destacar que a mulher historicamente se constituiu como a responsável pelo sustento e precisava que a sua prole estivesse em segurança.

Utilizando como fonte de pesquisa histórica o Jornal “Correio de São Félix” fica evidente que nas décadas de 30 e 40 é muito comum a prática educativa realizada por iniciativa privada na casa de professoras. Ao garimpar informações sobre a

educação do Recôncavo no Jornal Correio de São Félix foi possível elucidar aspectos históricos da região supracitada e registros que apontam para onde eram levados os filhos das charuteiras durante a jornada de trabalho. Além da grande quantidade de professores que trabalhavam em suas casas através de uma iniciativa privada, o jornal faz referência em 1944, à inauguração da Escola do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Fumo. A professora regente foi nomeada por determinação do Interventor Federal da Bahia segundo indicação da “ Legião Brasileira de Assistência”. Nesse percurso a educação aparece cercada tanto da iniciativa pública quanto privada. A referida escola é citada em mais de 30 exemplares do jornal como o lugar onde os filhos dos trabalhadores estariam em segurança e cuidado durante o tempo da jornada de trabalho de seus pais. Os filhos de trabalhadores que ocupavam funções de maior destaque nas indústrias do fumo, no turno oposto ao turno escolar ficavam sob os cuidados das professoras que ensinavam por iniciativa privada em casa. Já os filhos das charuteiras realizavam as atividades com a manipulação e transformação do fumo em suas próprias casas para contribuir no sustento.

Portanto para compreender a infância no contexto do Recôncavo fumageiro é necessário estabelecer as relações contextuais entre infância, a estrutura social, o trabalho feminino nas fábricas de charutos e as transformações e consentimentos familiares que naturalizavam a utilização do trabalho das crianças no contexto da produção de fumo, principalmente nas décadas de 1920, 1930 e 1940, secundarizando o direito à educação e a responsabilidade estatal sobre a escolarização. Outra fonte histórica importante utilizada neste estudo são as Fichas Funcionais dos Trabalhadores da Indústria Fumageira. Ao manipular tais documentos foi encontrado o emprego da mão-de-obra de crianças entre 10 e 15 anos no trabalho e manipulação do fumo atuando na fabricação de charutos, quase sempre sem saber assinar o próprio nome. Um elemento importante a ser destacado é que tais crianças em idade escolar permaneciam fora da escola enquanto tinham uma jornada de trabalho de oito horas por dia.

. No Recôncavo, essa criança pobre filha de trabalhador assalariado tem sua origem na classe explorada pelo capital na fábrica de charuto ou vivendo ela mesma a experiência do trabalho ainda num momento que poderia estar usufruindo da educação e do lúdico. Nesse sentido, as condições gerais da vida infantil estão intimamente ligadas às relações sociais estabelecidas que assegurem, ou não, as condições da vivência plena da infância. Ainda não se pode afirmar que se trate de um trabalho degradante ou alienado, ou qual a concepção de trabalho<sup>19</sup> permeia tais relações capitalistas de

produção, o que se quer aqui é destacar que a categoria trabalho está presente nessa pesquisa.

Nesse contexto vale ressaltar que dentro do período que compreende este estudo, os direitos fundamentais relacionados ao acesso ao ensino ainda não estavam juridicamente assegurados. O direito à educação era uma bandeira política fincada por diversos sujeitos. Em 1926, a Constituição de 1891 foi revisada, o que se constituiu como um marco para a educação pública. Considerando a análise de Cury (1996)<sup>20</sup> evidenciou a importância estratégica do Estado, mais precisamente da União, na difusão e na consolidação da educação como elemento essencial da construção da esfera pública.

Desde a década de 1920, no discurso circulante entre os políticos e intelectuais do Estado brasileiro ganhava força a idéia de que pra aquecer a modernização do país era necessário um estado nacional, centralizador e antiliberal. Esse movimento que resultou posteriormente na Revolução de 1930 destacava a educação como uma questão nacional fazendo alvorecer planos, projetos, promulgação de leis e decretos. Após a Revolução de 1930 o movimento político circulou em torno da manutenção da hegemonia do Estado, rompendo com os grupos políticos e econômicos da velha ordem oligárquica favorecendo definitivamente a expansão do capitalismo industrial no país. As crenças nos poderes da educação eram superestimadas dando corpo a uma concepção salvacionista.

A constituição de 1934 inclui a educação em seu quadro estratégico com vista a abrandar a subversão ideológica. O ensino era considerado o primeiro dever do Estado a ser cumprido com a colaboração das indústrias e sindicatos econômicos<sup>21</sup>. Reconhecendo o lugar e a finalidade da escola, a política educacional vigente nesse período destaca a ordenação moral e cívica, a obediência e a formação de trabalho necessária à modernização do capitalismo industrial porém, sem nenhuma discussão sobre a obrigatoriedade ou acesso aos pobres. Aqui o Estado autoritário, sempre a serviço dos interesses privados, impõe seus desígnios, através da elite dirigente e dominante sem a ação das massas populares que continua a espera de oportunidade escolar. O Estado burguês que se consolidou no Brasil desde 1930, embora tenha sido responsável em grande parte pelo desenvolvimento econômico, produziu expressivos déficits de democracia e de justiça social. É nesse cenário que se situa a história das políticas de educação para a infância no Recôncavo da Bahia de 1925 a 1946, evidenciando o alcance da ação estatal e ressaltando suas raízes históricas.

Considerando que no período de 1925 a 1946, no Brasil há uma crescente efervescência das políticas públicas e uma redefinição das idéias pedagógicas, nesse alargamento, a infância alcançou muita relevância nos textos das políticas educacionais. O objetivo era criar um ensino que atendessem às exigências da modernização econômica que se desejava no país. Entretanto, no Recôncavo da Bahia a educação para a infância continuava marcada pelo espírito tardio estando sempre à sombra dessas políticas de cunho nacional. Portanto, não exibe uma política educacional própria para reaver o que ficou perdido na sua constituição histórica, em que aos adultos pobres restava o trabalho nos armazéns do fumo e aos seus filhos uma infância desvalida e desprovida de iniciativas oficiais

### **Considerações Finais**

A pesquisa revelou que a efervescência pedagógica vivenciada no Brasil, no período em estudo, não desencadeou no Recôncavo a busca por providências para a educação da infância. Ao sublinhar que a educação no Recôncavo está intimamente ligado à uma lógica excludente associada à má vontade política de fazer valer a educação para a camada popular abre caminhos para uma análise crítica sobre os descompassos e as poucas conquistas desse processo isso porque historicamente o atendimento à infância foi omitido. Essa ênfase reafirma também que apenas ter acesso a uma instituição escolar ligada ao Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Fumo, naquele momento histórico, não representaria, de fato, ganhos reais para a infância. Isso porque a cultura escolar para as crianças das classes dominadas seria como uma cultura estrangeira e ainda porque a compreensão dessa categoria infância também não seria tomada como uma construção social. Muito pelo contrário, a criança era vista apenas como um ser biológico, ou seja, como uma fase inicial no caminho para a existência adulta. Muito concretamente era a infância pensada como uma concepção única e universal.

Destarte é também possível afirmar que a execução das políticas para a infância não parou de se afastar dos cidadãos. Logo, ao analisar o processo histórico de constituição das instituições de atendimento à infância contextualizando-as no Recôncavo, fica evidente que além de ter vivenciado um processo de escolarização tardio as experiências educacionais, do período estudado, estiveram relacionados ao sindicato dos trabalhadores do fumo, ou seja, tem sua origem ligada a iniciativas



isoladas deixando de fora a grande maioria.

---

<sup>1</sup> Elizabete Pereira Barbosa dos Santos. Professora Assistente do Departamento de Educação da UEFS. Doutoranda em Educação FAGED/UFBA.

<sup>2</sup> COSTA PINTO, L. A. (1959) *Recôncavo: Laboratório de uma experiência humana*. In: BRANDÃO, M de A. org. **Recôncavo da Bahia**; Sociedade e Economia em Transição. Salvador: Academia de Letras da Bahia (ALB/UFBA), 1997, 261 p.

3. Nas indústrias de transformação de fumo as mulheres desenvolviam uma multiplicidade de tarefas, desde a tarefa mecanicamente feita de picar o fumo, até a fabricação de charutos e de caixas para seu armazenamento.

4. Nas cidades do Recôncavo Fumageiro as indústrias multiplicavam os postos do trabalho, são elas: em Cachoeira e São Félix a Companhia de Charutos Dannemann ; e em Muritiba a Companhia de Charutos Pimentel.

5. Conjunto de Reformas no Brasil republicano: 1920-Reforma Sampaio Dória, em São Paulo. 1922-Reforma Lourenço Filho, no Ceará. 1922- Reforma Carneiro Leão, no Distrito Federal; 1925- Reforma José Augusto, no Rio Grande do Norte; 1927 - Reforma Lysímaco da Costa, no Paraná; 1927- Reforma Francisco Campos, em Minas Gerais; 1928- Reforma Carneiro Leão, em Pernambuco; 1928 – Reforma Fernando de Azevedo, no Distrito federal; 1928- reforma Anísio Teixeira, na Bahia.

<sup>6</sup>. TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1992.

<sup>7</sup> KUHLMANN Jr, M. **O jardim-de-infância e a educação das crianças pobres: final do século XIX, início do século XX**. In: MONARCHA, C. (org.) Educação da infância brasileira, 1875-1983, 2001, p.3-30.

<sup>8</sup> REDIN, M. M. e MÜLLER, F. Sobre as crianças, a infância e as práticas escolares. In. REDIN, M. M. e MÜLLER, F. **Infâncias: cidades e escolas amigas das crianças**. Porto Alegre: mediação, 2007. p.11-23

<sup>9</sup> BRANDÃO, M de A. org. **Recôncavo da Bahia**; Sociedade e Economia em Transição. Salvador: Academia de Letras da Bahia (ALB/UFBA), 1997, 261 p.

<sup>10</sup> VILHENA, L. dos P. **A Bahia no século XVIII**. V. 2, Salvador-Bahia. Itapuã. 1969.156

<sup>11</sup> VIANA FILHO, Luis. **O negro na Bahia: um ensaio clássico sobre a escravidão**. 4ª Ed. Salvador: EDUFBA: Fundação Gregório de Mattos, 2008.

<sup>12</sup> BRANDÃO, M de A. org. **Recôncavo da Bahia**; Sociedade e Economia em Transição. Salvador: Academia de Letras da Bahia (ALB/UFBA), 1997, 261 p.

<sup>13</sup> CEI. **Centro de Estatística e Informação**. S.L. 1940.

<sup>14</sup> COSTA PINTO, L. A. (1959) *Recôncavo: Laboratório de uma experiência humana*. In: BRANDÃO, M de A. org. **Recôncavo da Bahia**; Sociedade e Economia em Transição. Salvador: Academia de Letras da Bahia (ALB/UFBA), 1997, 261 p.

<sup>15</sup> KISHIMOTO, T. M. **A pré-escola em São Paulo(1877 a 1940)**. São Paulo: Loyola, 1986.

<sup>16</sup> ROSEMBERG, F . **O estado dos dados para avaliar políticas de Educação Infantil**. In: Estudos em avaliação educacional. Fundação Carlos Chagas. São Paulo, v.1, nº 20, p. 05- 57, jul/dez, 2000.

<sup>17</sup> KUHLMANN Jr, M. **Infância e educação Infantil: Uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação. 1998.

18. Do ponto de vista médico-higienista, o grande tema associado à assistência à infância era a mortalidade infantil. Além da inspeção médico-escolar os higienistas defendiam o saneamento para atingir a civilidade e a modernidade.

19. Durante a realização da pesquisa e para a escrita da tese a análise será feita com base nos conceitos de classe social, trabalho, trabalho alienado, estranhamento e reificação proposta no pensamento de Marx.

<sup>20</sup> CURY, C. R. J. **Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais**. 3.ed. São Paulo, Cortez, 1996.

21. A partir de 1937 os sindicatos se tornaram instituições ligadas diretamente ao Ministério do trabalho, ou seja ao Estado. Essa subordinação corporativista dos sindicatos ao Estado prossegue, pelo menos legalmente, até a Constituição de 1988.